

ATA Nº 26

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA

30 de Dezembro 2024

Aos trinta dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte e uma horas e dez minutos, reuniu em Sessão Ordinária, a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Santa Marinha e São Pedro da Afurada, realizada no Auditório da União de Freguesias, em Santa Marinha, presidida por Mário Jorge Rodrigues Santos, secretariada por Patrícia Susana Carvalho Lacerda e Armando Alves Almeida, primeira e segundo secretário respetivamente.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu posse aos seguintes deputados:-----

- **OCTÁVIO JOSÉ MARTINS PIMENTEL – PSD**

Registaram-se as seguintes substituições:-----

(PS), O Deputado ANTÓNIO MIGUEL CAMPOS COELHO pediu Suspensão de Mandato sendo substituído pelo Deputado ARTUR JOSÉ CORREIA ALVES LOPES **(Anexo A – 30.12.2024)**.-----

O Deputado FRANCISCO JOSÉ DE BARROS FONSECA pediu Suspensão de Mandato sendo substituído pela Deputada IVONE MARIA DAMAS GOMES. **(Anexo B – 30.12.2024)**.-----

(PSD), O Deputado ANTÓNIO JOAQUIM MORGADO DE MAGALHÃES pediu Suspensão de Mandato sendo substituído pela Deputada Octávio José Martins Pimentel. **(Anexo C – 30.12.2024)**.-----

DEPUTADOS PRESENTES: (PS) – MÁRIO JORGE RODRIGUES SANTOS, PATRÍCIA SUSANA CARVALHO LACERDA, ARMANDO ALVES ALMEIDA, SÓNIA CRISTINA ROSEIRA E CUNHA, JUSTINO ALBERTO COSTA VALE QUARESMA, MARGARIDA MARIA GOMES FERREIRA, JOSÉ RAIMUNDO MOREIRA FILIPE, IVONE MARIA DAMAS GOMES, HUGO JOSÉ DA SILVA MOREIRA, ARTUR JOSÉ CORREIA ALVES LOPES, DULCE MARIA OLIVEIRA PINTO LIMA. **(PSD)** – ANABELA DE ALMEIDA CARRIÇO, OCTÁVIO JOSÉ MARTINS PIMENTEL, ANDRÉ SOUSA SANTOS, ANA JOÃO MACHADO BRITO, **(BE)** – FERNANDO ARTUR MOURA MACEDO, ANABELA TEIXIRA PINTO **(CHEGA)** - MIGUEL JOSÉ PEIXOTO PINTO RIBEIRO **(CDU)** – ISA JANINE ESTEVES SANCHES. **(Anexo D – 30.12.2024)**.-----

DO EXECUTIVO DA JUNTA ESTIVERAM PRESENTES: O Presidente do Executivo, MANUEL PAULO DE JESUS LOPES, a Tesoureira JOANA CRISTINA DE SOUSA NOGUEIRA e os Vogais: LAURA DA CONCEIÇÃO SILVA GOMES, ISMAEL PEREIRA DE OLIVEIRA MARTINS e HUGO MANUEL RIBEIRO TEIXEIRA.-----

Iniciada a Ordem de Trabalhos, no ponto:-----

1. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (Anexo E – 30.12.2024).

O freguês Hugo Pinto mostrou a sua indignação ao facto de na semana seguinte à última Assembleia um membro do Executivo ter comunicado nas redes sociais, e como presidente de um Clube de Futebol, que o freguês Hugo Pinto ter destabilizado a assembleia.-----

O Freguês Agostinho Viana vem em defesa das IPSS's, nomeadamente a que pertence. Esta IPSS tem creche e ainda distribui comida pelos mais carenciados. Mencionou que enviaram uma carta e a resposta é que desde 2003 não são dados apoios às IPSS's, mas sim estabelecidos acordos de cooperação. Realça que continuam com carências e que a Junta deveria apoiar.-----

O Freguês Eduardo Matos mencionou que em 2013 era Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro da Afurada e foi atribuído pela CMG uma verba para a Comissão de Festas. No entanto, havia uma dívida ao pirotécnico que ainda não foi liquidada. A CMG transferiu este assunto para a JF e agora está a decorrer uma ação judicial do Pirotécnico sobre e Comissão de Festas. Solicita que a JF trate deste assunto.-----

O Presidente do Executivo esclareceu que sobre a 1ª intervenção faz parte do passado; a 2ª já foi respondido formalmente; sobre a 3ª intervenção vai tomar conhecimento formal.-----

2. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

2.1 Expediente da Assembleia.

Mencionados os documentos recebidos e enviados.-----

2.2 Outros Assuntos, conforme o n.º 1 do Art.º 24.º do Regimento.

A Deputada Sónia Cunha (PS) apresentou as condolências aos familiares da Deputada Ivone Maria Damas Gomes, pelo falecimento do seu Pai, José Pereira Gomes e propôs um Voto de pesar. **(Anexo F – 30.12.2024).**-----

O Deputado Justino Quaresma (PS) apresentou as condolências aos familiares do Membro do Executivo Helena de Jesus Amaral, pelo falecimento da sua Mãe, Maria José de Jesus Amaral e propôs um Voto de pesar. **(Anexo G – 30.12.2024).**-----

A Deputada Margarida Ferreira (PS) apresentou as condolências aos familiares do Deputado José Raimundo Moreira Filipe pelo falecimento da sua Mãe, Teresa Moreira Felgueiras e de seu Avô,

Raimundo Gomes Filipe e propôs um Voto de pesar. **(Anexo H – 30.12.2024)**.-----

O Deputado Raimundo Filipe (PS) agradeceu o apoio de todos durante as cerimónias fúnebres dos seus entes queridos.-----

Louvou o árduo trabalho neste final do ano da Junta, nomeadamente o almoço com 700 idosos/ 3000 brinquedos distribuídos por todas as escolas da freguesia / 400 cabazes de natal.-----

Apresentou as condolências aos familiares de José Heitor Meireles Carvalheiras pelo seu falecimento e pediu um voto de pesar. **(Anexo I – 30.12.2024)**.-----

A Deputada Ana João (PSD) sabe que foi aprovada a Isenção aos armadores da taxa de ocupação dos aprestos. Questiona o porquê dos tripulantes também não estarem isentos.-----

Questionou se está um plano de prevenção preparado para o não entupimento das sargetas na Afurada.-----

O Deputado Octávio Pimentel (PSD) questionou o Executivo se há preocupação no custo médio da habitação na freguesia. É muito alto e não vê sensibilidade do executivo sobre este tema.-----

A Deputada Anabela Carriço (PSD) mostrou a sua discordância quanto à data desta assembleia que até 31/12 tem de ser aprovado o Plano e Orçamento.-----

Fez o seguinte requerimento: ter acesso a mais detalhes sobre a demolição do edifício do Centro Cultural e Recreativo Zé da Micha e questionou o que foi feito para evitar esta demolição **(Anexo J – 30.12.2024)**.-----

O Deputado Fernando Macedo (BE) apresentou um voto de saudação ao Serviço Nacional de Saúde. **(Anexo K – 30.12.2024)**.-----

Abordou também a notícia do acidente no Jardim de infância do Torne. **(Anexo L – 30.12.2024)**.-----

O Deputado Miguel Ribeiro (CHEGA) apresentou a mesma discordância sobre a data da Assembleia.-----

Conforme acordado na reunião de líderes todos os pontos anteriores serão votados na próxima assembleia.-----

[Handwritten signatures and initials]

3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Foi proposto pela Presidente da Mesa que o ponto 3.1. fosse discutido globalmente e votado individualmente cada uma das suas alíneas. Proposta aprovada por unanimidade dos presentes.--

3.1 Apreciação e Votação das Opções do Plano e Orçamento para 2025 (Anexo M – 30.12.2024):

- a) Opções do Plano e Orçamento para 2025 (inclui o Plano Plurianual de Investimentos);
- b) Mapa de Pessoal;
- c) Autorização relativa à Execução das Opções do Plano e Orçamento para o Ano de 2025: Autorização para a Delegação de Competências do Município na União de Freguesias; Autorização para, no âmbito do modelo de repartição de competências, estabelecer um Contrato Interadministrativo entre o Município e a União de Freguesias; Autorização para a Junta estabelecer Formas de Cooperação com Entidades Públicas e Privadas;
- d) Autorização Prévia para Compromissos Plurianuais;
- e) Autorização Prévia para Celebrar Contrato de Empréstimo a Curto Prazo.

O Presidente do Executivo explicou sucintamente a forma de elaboração dos documentos.-----

O Deputado Miguel Ribeiro (CHEGA) realça que os documentos apresentados são uma repetição dos anos anteriores não trazendo soluções aos problemas existentes. **(Anexo N – 30.12.2024)**.-----

O Deputado André Santos (PSD) realçou o serviço UNIR no Plano para 2025. O que vai ser feito para melhorar o serviço? E se vai ser renovada a travessia entre a Afurada e Lordelo do Ouro. Questiona a posição do executivo sobre a circulação no tabuleiro inferior da ponte Luís **(Anexo O – 30.12.2024)**.-----

A Deputada Anabela Carriço (PSD) detalhou uma série de problemas da freguesia omissos no Plano e Orçamento e questionou o executivo o que planeia fazer **(Anexo P – 30.12.2024)**.-----

A Deputada Isa Sanches (CDU) fez referência a alguns projetos pendentes e questionou datas de término **(Anexo Q – 30.12.2024)**.-----

O Deputado Raimundo Filipe (PS) realçou o maior apoio na vertente social vertido nas Opções do Plano e Orçamento e que os valores apresentados trazem alguma tranquilidade à freguesia e a quem vem a seguir.-----

O Presidente do Executivo respondeu na generalidade aos deputados:-----

- Chega: só mencionou o passado e relembra que o partido CHEGA aprovou o 1º

[Handwritten signatures and initials]

orçamento.-----

- PSD: a UNIR está a funcionar na sua plenitude; a lancha está em negociação pelo município.-----

- PSD: o executivo cumpre o que está previsto na lei, nomeadamente nas datas. Tranquilizou os deputados no processo de desagregação das freguesias. No que se refere às obras do edifício da junta, foram opções tomadas, mas que em 2025 serão concluídas. No que se refere ao edifício da Zé da Micha, a Junta conseguiu que as valências se mantenham. Isso foi conseguido.-----

- CDU: agradeceu a presença em vários eventos da freguesia. Respondeu que em 2025 as obras do edifício vão ser realizadas em 2025. MOV+ alterou o valor para 55.000€ devido à inflação. O Espaço Zé da Micha estará disponível no 1º trimestre de 2025.-----

O Deputado Miguel Ribeiro (CHEGA) realça que não respeitaram o voto de confiança dado no 1º orçamento e por isso vai votar contra este. Realçou também que as propostas apresentadas não são passadas, mas sim atuais.-----

O Presidente da Mesa colocou a votação os pontos "A" a "E" da ordem de trabalhos:-----

- **Ponto a) aprovado por maioria** com 6 votos contra (PSD, CHEGA, CDU); 2 abstenções (BE); 11 a favor (PS).-----
- **Ponto b) aprovado por unanimidade.**-----
- **Ponto c) aprovado por maioria** com 2 votos contra (CHEGA, CDU); 4 abstenções (PSD); 13 a favor (BE e PS).-----
- **Ponto d) aprovado por maioria** 2 votos contra (CHEGA, CDU); 17 a favor (PSD, BE e PS).--
- **Ponto e) aprovado por maioria** com 6 votos contra (CHEGA, PSD e BE), 13 votos a favor (11 PS e CDU e BE).-----

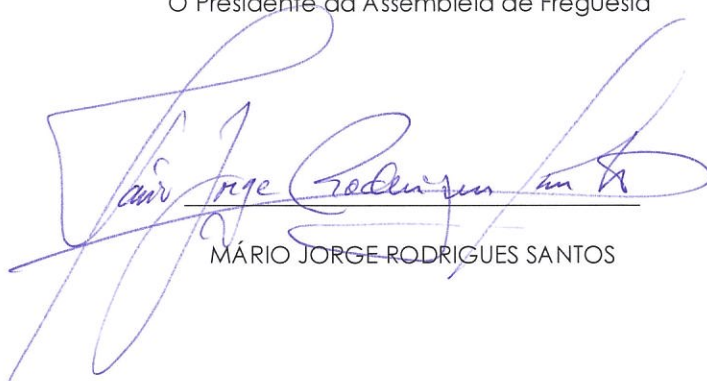
A Deputada Anabela Carriço (PSD) fez uma declaração de voto (**Anexo R – 30.12.2024**).-----

O Deputado Miguel Ribeiro (CHEGA) fez uma declaração de voto.-----

Dado o adiantado da hora, foi agendada para o dia 8 de janeiro a realização da continuação desta Assembleia.-----

Nada mais havendo a tratar quando eram 23h55 do dia trinta de dezembro de dois mil e vinte e quatro, o Presidente da Assembleia declarou encerrada a reunião, da qual se elaborou a minuta, **(Anexo S – 30.12.2024)**, que depois de lida, foi aprovada por unanimidade dos presentes, e a referida ata, nos termos da legislação em vigor e do Regimento da Assembleia de Freguesia aprovado a 29/12/2021. E eu Patrícia Susana Carvalho Lacerda, 1ª Secretária da Mesa da Assembleia de Freguesia, a redigi.-----

O Presidente da Assembleia de Freguesia


MÁRIO JORGE RODRIGUES SANTOS

A 1.ª Secretária da Assembleia de Freguesia


PATRÍCIA SUSANA CARVALHO LACERDA

O 2.º Secretário da Assembleia de Freguesia


ARMANDO ALVES ALMEIDA



Grupo Parlamentar Assembleia de Freguesia
de Santa Marinha e São Pedro da Afurada

Anexo A
30-12-2024

Serve o presente, para comunicar a Vossa Excelência a minha indisponibilidade de estar presente na assembleia de freguesia de 30 de dezembro de 2024 e janeiro de 2025 por razões pessoais.

Melhores cumprimentos

Antonio coelho

Vila Nova de gaia, 28 de dezembro de 2024

Mário Jorge

Anexo B
30/12/2024

De: Francisco Fonseca <franciscojbfonseca@hotmail.com>
Enviado: 26 de dezembro de 2024 16:02
Para: Mário Santos
Assunto: Pedido de Substituição



Exmo. Senhor Presidente da Mesa de Assembleia da União de Freguesias Santa Marinha e Afurada, Mário Jorge Rodrigues dos Santos, desde já espero que o Natal tenha sido o melhor de todos os anos.

Exmo. Senhor Presidente, Eu Francisco José Barros, com o C. C. nº 06672370 vem por este meio solicitar a minha substituição na Assembleia de Freguesia, marcada para o dia 30 do mês de Dezembro de 2024, pelo motivo de me encontrar no Luxemburgo a passar a época Natalícia com a família, estando o regresso previsto para o dia 30 de Dezembro às 23:30.

Grato pela vossa atenção, com um forte abraço;
Francisco Fonseca

Kayl 26 de Dezembro de 2024

Enviado de Outlook para Android

Anexo C
30/12/2024
[Signature]
AA

EXMO. SR. PRESIDENTE DA
ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE
SANTA MARINHA E SÃO PEDRO DA AFURADA

Assunto: SUBSTITUIÇÃO DE DEPUTADO

O deputado:

ANTÓNIO JOAQUIM MORGADO MAGALHÃES

Pede a suspensão do seu mandato,

Pelo O Grupo Parlamentar PSD solicita a sua substituição pelo deputado:

OCTÁVIO JOSÉ MARTINS PIMENTEL

Santa Marinha e São Pedro da Afurada 30 / 12 / 2024

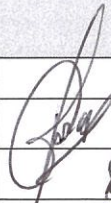

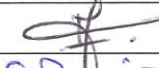
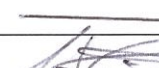
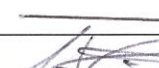
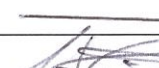
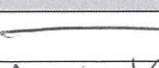

ANABELA CARRIÇO

Memo D
30/12/2024




Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia

30 dezembro 2024

LISTA DE PRESENCAS

<u>Nome</u>	<u>Partido</u>	<u>Rubrica</u>
MÁRIO JORGE RODRIGUES SANTOS	PS	
PATRICIA SUSANA CARVALHO LACERDA	PS	
ARMANDO ALVES ALMEIDA	PS	MA
MARGARIDA MARIA GOMES FERREIRA	PS	
SÓNIA CRISTINA ROSEIRA E CUNHA	PS	Sónia
DULCE MARIA OLIVEIRA PINTO LIMA	PS	D. Pinto
JOSÉ RAIMUNDO MOREIRA FILIPE	PS	Mari Filipe
FRANCISCO JOSÉ DE BARROS FONSECA	PS	
ANTÓNIO MIGUEL CAMPOS COELHO	PS	
JUSTINO ALBERTO COSTA VALE QUARESMA	PS	
HUGO JOSÉ DA SILVA MOREIRA	PS	Hugo
ANTÓNIO JOAQUIM MORGADO DE MAGALHÃES	PPD-PSD	
ANABELA DE ALMEIDA CARRIÇO	PPD-PSD	Anabela Carrico
ANDRÉ SOUSA SANTOS	PPD-PSD	André Santos
ANA JOÃO MACHADO BRITO	PPD-PSD	Ana Brito
FERNANDO ARTUR MOURA MACEDO	BE	F. Moura
ANABELA TEIXEIRA PINTO	BE	Anabela Pinto
ISA JANINE ESTEVES SANCHES	CDU	Isa Sanches
MIGUEL JOSÉ PEIXOTO PINTO RIBEIRO	CHEGA	

PEDIDOS DE SUBSTITUIÇÕES

<u>Nome</u>	<u>Partido</u>	<u>Rubrica</u>
Artur José Correia Alves Lopes	PS	PS 
Tróvão Maria Gomes Gomes	PS	PS 
Octávio José Martins Simões	PSD	PSD 



Grupo Parlamentar Assembleia de Freguesia
de Santa Marinha e São Pedro da Afurada

Anexo F
30/12/2024
[Handwritten signature]

Voto de Pesar pelo Falecimento de José Pereira Gomes

Exmo. Senhor Presidente, Senhora Secretária e Senhor Secretário da Assembleia de Freguesia;

Exmo. Senhor Presidente e demais Elementos do Executivo da Junta de Freguesia;

Exmos. Senhores Deputados, da Assembleia de Freguesia;

Exmo. Senhor Colaborador da Junta de Freguesia que presta apoio logístico nesta Reunião,

É com profundo pesar que a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Santa Marinha e São Pedro da Afurada expressa as suas condolências pelo falecimento, no passado dia 13 de novembro, aos 84 anos de idade, de José Pereira Gomes, Pai da Deputada da Assembleia de Freguesia, Ivone Damas.

Neste momento de tristeza, a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Santa Marinha e São Pedro da Afurada presta a sua solidariedade e disponibilidade total à nossa colega autarca, apresentando à sua família e amigos as mais sinceras condolências.

Que a memória do seu falecido Pai seja sempre lembrada com respeito e gratidão.

A ser aprovado, este Voto de Pesar deverá ser enviado à Família e deverá ser guardado um minuto de silêncio, em sua homenagem nesta Reunião.

Vila Nova de Gaia, 30 de dezembro de 2024

Pel'ó Grupo Parlamentar do Partido Socialista da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Santa Marinha e São Pedro da Afurada

[Handwritten signature]

Voto de Pesar pelo Falecimento de Maria José de Jesus Amaral

Exmo. Senhor Presidente, Senhora Secretária e Senhor Secretário da Assembleia de Freguesia;

Exmo. Senhor Presidente e demais Elementos do Executivo da Junta de Freguesia;

Exmos. Senhores Deputados, da Assembleia de Freguesia;

Exmo. Senhor Colaborador da Junta de Freguesia que presta apoio logístico nesta Reunião,

É com profundo pesar que a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Santa Marinha e São Pedro da Afurada de, de Maria José de Jesus Amaral, mãe da Vogal do Executivo da Junta de Freguesia, Helena Amaral.


Neste momento de tristeza, a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Santa Marinha e São Pedro da Afurada presta a sua solidariedade e disponibilidade total à nossa colega autarca, apresentando à sua família e amigos as mais sinceras condolências.

Que a memória da sua falecida mãe seja sempre lembrada com respeito e gratidão.

A ser aprovado, este Voto de Pesar deverá ser enviado à Família e deverá ser guardado um minuto de silêncio, em sua homenagem nesta Reunião.

Vila Nova de Gaia, 30 de dezembro de 2024

Pel'ó Grupo Parlamentar do Partido Socialista da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Santa Marinha e São Pedro da Afurada





Grupo Parlamentar Assembleia de Freguesia
de Santa Marinha e São Pedro da Afurada

Anexo 11
30/12/2024
Jug

AAA

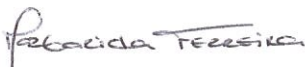
VOTO DE PESAR

É com consternação e pesar que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, comunica o falecimento de Teresa Moreira Felgueiras e Raimundo Gomes Filipe, respetivamente, Mãe e Avô do Deputado José Raimundo Moreira Filipe, Líder da Bancada do Partido Socialista.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, propõe um Voto de Pesar, que a ser aprovado deverá dar origem a um minuto de silêncio e a ser comunicado à Família enlutada.

Santa Marinha, 30 dezembro 2024

Pelo Grupo Parlamentar do PS


Margarida Ferreira



Secção de Santa Marinha e São Pedro da Afurada

Memo I
30/12/2024

[Handwritten signature]

AA

Voto de Pesar

José Heitor Meireles Carvalheiras faleceu no passado dia 14 de dezembro, aos 84 anos. Natural de Silvaes, Lousada, viveu a maior parte da sua vida em Vila Nova de Gaia, onde se dedicou à atividade partidária e autárquica.

Heitor Carvalheiras pertenceu a uma geração de políticos que ajudou a fundar e fomentar o poder local democrático em Vila Nova de Gaia. Foi dirigente concelhio e distrital do Partido Socialista e nas listas do seu partido foi o primeiro presidente eleito de Junta de Freguesia de Canelas, cargo que desempenhou entre 1976 e 1982, e anos mais tarde presidente da Câmara Municipal de Gaia, tendo liderado a autarquia entre 1990 e 1998, depois de ter sido vereador de 1983 a 1990.

Heitor Carvalheiras, sabendo das dificuldades orçamentais das juntas de freguesia, então parentes pobres do poder local, marcou a governação municipal quando decidiu duplicar as transferências para estas autarquias, permitindo-lhes maior autonomia financeira, a adoção de programas de atividades e o apoio às coletividades.

Pautou sempre a sua intervenção política combinando combatividade no conteúdo e nobreza na forma. Deixou um forte legado na preservação do património, na educação, na saúde, na habitação, na justiça e na defesa do meio ambiente.

O poder local perdeu um homem de valores, íntegro e dedicado, que serviu Vila Nova de Gaia com enorme paixão.

À família e amigos, a Assembleia de Freguesia apresenta as mais sentidas condolências.

A ser aprovado, este Voto de Pesar deverá ser enviado à Família e deverá ser guardado um minuto de silêncio, em sua homenagem nesta Reunião.

Vila Nova de Gaia,

30 de dezembro de 2024

Raimundo Filipe

Raimundo Filipe (Líder do Grupo Parlamentar do PS)

Anexo J
30/12/2024
(1/2)
[Signature]
AAA

P.A.O.D.

Ex.mos Senhores:

Presidente da Junta e executivo, Presidente da mesa da Assembleia e secretários, Sr.s deputados, Sr. funcionário da Junta colaborador e Público / fregueses aqui presentes:

Antes de mais, e de forma muito curta, o Grupo Parlamentar do PPD/PSD aqui deixa expressa a sua discordância quanto à data em que se está a realizar esta Assembleia de Freguesia, cujo objectivo máximo é o Plano de Actividades e Orçamento para 2025, matéria por demais importante para ser debatida praticamente no último dia do mês de Dezembro, com a obrigação de aprovação (ou não) do Orçamento até ao dia 31 de Dezembro... mas, as maiorias absolutas também têm destes dissabores, e os últimos três anos têm sido assim levados, e se mais dias tivesse o mês, mais tarde as assembleias decorreriam. – É uma falta de cuidado e um demonstrar de falta de consideração para com os deputados desta assembleia, que não têm tempo útil para as questões e dúvidas a colocar (há anos e anos que a Assembleia de apresentação do orçamento obedece às grelhas de tempos máximos por deliberação, e sempre com tolerâncias pela importância que a matéria oferece)...

Deixando o descontentamento, vem o Grupo Parlamentar apresentar uma exposição e

REQUERIMENTO:

Num resumo que nos foi enviado a nós deputados, a 15 de Novembro de 2023, aquando do direito de oposição para Opções do plano de 2024 é dito, na sua página 15: «Num processo de dinamização cultural, procuraremos colocar o Centro Cultural e Recreativo “Zé da Micha”, ao serviço da comunidade, nomeadamente e especificamente às colectividades da Freguesia.»; Ora, é com toda a certeza um dos pontos mais bem concretizados ao longo do ano de 2024: nunca este lugar esteve tão à disposição das colectividades! – De tal forma que foi totalmente demolido tudo quanto nele estava edificado (ringue, palco, edifício...), foi integralmente destruído para ganho de uma das mais antigas colectividades da União de Freguesias, pasmem-se os fregueses e autarcas e tentem recordar-se da data da sua fundação: “o Tivoli Kopke Porto Gaia Hotel....!!!”, que exigiu ter acesso não só pela rua de Serpa Pinto, mas também um acesso pela rua das 7 passadas com o objectivo extremo de ter a marginal de gaia ao seu alcance. (E assim se alteram os objectivos e designações nesta união de freguesias, tentando tapar ou ocultar os factos aos fregueses).

Assim se permite delapidar mais património das nossas freguesias, pois se o terreno é propriedade do Ministério da justiça, certo é que no tempo do Dr. Luís Filipe Menezes foi inaugurado um empreendimento (Centro cultural da Beira-Rio “Zé da Micha” – nome de consideração substancial na história da freguesia em causa); centro este que sofreu inúmeras intervenções e requalificações, nomeadamente pelo executivo do PS nos últimos 10 anos, e cuja demolição implica o total desperdício de largos milhares de euros por parte das freguesias e do município, com o objectivo único de beneficiar o hotel (privado) em causa...

Sim, desenganam-se totalmente se pensam que algum dia voltarão a ter acesso as nossas diversas colectividades àquele espaço, se pensam que algum dia ali regressará algum posto de enfermagem / médico para a população envelhecida, com dificuldades de locomoção e sem transportes. – É nítido o show-off sobre a devolução de um espaço digno de estada e recreio aberto aos cidadãos... Pois, facilmente se entende que sendo o grupo Kopke a suportar todos os gastos para a recuperação da Piscina das Freiras e do Caminho Romântico do centro histórico, não será para os nossos idosos usufruírem, nem as colectividades, mas unicamente os turistas, hóspedes do Hotel e mais ganhos para o grupo em causa. Ou alguém acredita em algo diferente?

Tudo isto feito num terreno que é propriedade do Ministério da Justiça, cedido o seu direito de superfície por trinta anos à Câmara de Vila Nova de Gaia, que em acordo delegou esse direito à ainda Junta de Freguesia de Santa Marinha (actual união de freguesias Santa Marinha e Afurada). Ora, apesar de tudo isto e de a Câmara alegar todos os custos foram imputados aos ditos privados pela Câmara como condição para o licenciamento da obra, que negociações concretas foram essas?

Que conhecimento teve a Junta de Freguesia?

Qual a posição da Junta de Freguesia e o que fez ou tentou para evitar esta situação calamitosa e mais dano para as Freguesias, retirando aos fregueses os poucos espaços de que dispõem para ocupação de tempos livres, exercício das actividades das diversas colectividades que frequentavam e utilizavam o espaço? A sede do Rancho folclórico de Santa Marinha passa a ser onde? As festas e espectáculos, nomeadamente escolares decorrerão onde?

Que licenciamentos foram realmente pedidos?

Em que reuniões (de câmara e de freguesia) se debateram os assuntos e se auscultou os fregueses ou se lhes disse que iam perder mais infra-estruturas e valências a favor de privados?

Foi o Ministério da Justiça informado e qual a sua decisão e informação?

De Acordo com todo o exposto, requer o Grupo Parlamentar do PPD/PSD que além dos possíveis esclarecimentos que possam por agora ser prestados, por necessidade para trabalhos futuros no decurso desta mesma assembleia, REQUER ainda explicação das várias questões colocadas por escrito, com a devida fundamentação, com a junção e acesso a todos os documentos que parecem ter existido (segundo a Câmara Municipal) desde 2017 e que tão secretamente foram ocultados e permitiram à União das Juntas de Freguesia de Santa marinha e São Pedro da Afurada gastar ao longo dos anos milhares de euros em requalificações, remodelações e reconstruções naquele espaço para as ditas colectividades, posto de enfermagem e utilização pública de todos quantos requeriam

o espaço (Como os Deputados aqui presentes são testemunhas de acordos e parcerias de montantes elevados que passaram nos últimos 10 a 11 anos nesta assembleia).

Perante tudo o que está a ser feito e com toda a ocultação por lonas e plásticos depois da publicação das primeiras fotografias denunciando a demolição, **REQUER o Grupo Parlamentar aqui signatário ser conhecedor (com informação e documentação) dos acordos, transações e obrigações firmadas quanto a este espaço.**

P.E.D.

Grupo Parlamentar do PPD / PSD
V. N. de Gaia, 30 de Dezembro de 2024



Amor K
30/12/2024
(1/2)
[Handwritten signature]
AAA

Saudação

45 anos do Serviço Nacional de Saúde

Foi em 15 de setembro de 1979 que pelo ministro António Amaut e com base no artigo 64º da Constituição da República Portuguesa, foi criado o Serviço Nacional de Saúde (SNS), através da Lei nº 56/79 que nunca chegou a ser completamente regulamentada.

O que era a situação sanitária no país antes da madrugada libertadora do 25 de Abril fica bem demonstrada nas memórias de Francisco Neto de Carvalho, ministro do regime fascista de Salazar entre 1963 e 1968: “tempos em que não se falava no direito à saúde, cada um tratava de si e o Estado ou outras instituições como as misericórdias acudiam graciosamente, numa base de caridade, aos mais necessitados. Por isso a saúde estava integrada na Subsecretaria da Assistência do Ministério do Interior”. Em 1962 tinha sido criada a Direção Geral dos Hospitais, mas sem quadro de pessoal. Em 1965, um Plano Nacional de Vacinação contra algumas doenças infecciosas na infância só avançou com o subsídio da Fundação Calouste Gulbenkian.

Apesar das forças políticas da extrema-direita defenderem o regime salazarista, a verdade é que num relatório elaborado por Melo Caeiro em abril de 1966 sobre uma epidemia na Maternidade Magalhães Coutinho foi escrito:

“não há berços suficientes, a roupa das camas das mães não é mudada diariamente, a sala de banhos das crianças esteve sem água quente durante meses por avaria do termoacumulador, há fraldas a serem usadas durante 24 horas, faltam utensílios de cozinha e seringas, pelo que são usadas em vários doentes” (in “Correspondência do Ministro da Saúde e Assistência dirigidas a Salazar” - Arquivo Nacional da Torre do Tombo).

Em 1968 as dívidas dos três principais hospitais centrais, Hospital Santa Maria (Lisboa), Hospital de S. João (Porto) e Hospitais Civis de Lisboa (Lisboa), eram superiores a 65 mil contos.

Em 1971 o Decreto-Lei nº 413 definiu um Sistema Nacional de Saúde que incluía as empresas privadas. Só em 1973 é que surgiu pela primeira vez um Ministério da Saúde dotado de lei orgânica. A mortalidade infantil em Portugal era das mais elevadas da Europa.

A lei que criou o SNS há 45 anos dizia: *“incumbe prioritariamente ao Estado disciplinar e fiscalizar as formas empresariais e privadas da medicina, articulando-as com o SNS”* (artº 64º nº3 d).

Mas a Lei de Bases da Saúde nº 48/90 do governo PSD trocou tudo: *“o Estado apoia o desenvolvimento do sector privado de prestação de cuidados de saúde*



Bloco de Esquerda

... em concorrência com o sector público” (Base 37 nº 1). E com tais orientações, os serviços e os recursos públicos foram facilmente capturados pelo “*negócio privado da doença*”: de cada 10 euros do orçamento da saúde, mais de 4 euros passaram a ser gastos em faturas dos privados. Os meios complementares de diagnóstico e terapêutica (MCDT) nas mãos dos privados custaram 489 milhões € em 2019, a que se somaram 262 milhões € em hemodiálises. Foram desenvolvidas parcerias público-privadas (PPP) e criadas deduções fiscais para o sector privado. A acessibilidade condicionada em certos subsectores de saúde conduziu ao número brutal de 6 milhões de episódios de urgência/ano nos hospitais do SNS. A financeirização da saúde passou a ser a marca do sector. E aos médicos, enfermeiros e outros profissionais do sector público não foram aplicadas carreiras nem salários motivadores.

A questão central sobre o futuro de SNS é a relação entre o Estado e o sector privado empresarial.

Com a aprovação da nova Lei de Bases da Saúde em 2019 (Lei nº 95/2019) foi explicitada na sua Base 6 que a responsabilidade do Estado pela realização do direito à proteção da saúde concretiza-se primeiramente através do SNS e de outros serviços públicos, podendo de forma supletiva e temporária ser celebrados acordos com entidades privadas e do sector social, em caso de necessidade fundamentada.

A Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Santa Marinha e São Pedro da Afurada, reunida em 30 de dezembro de 2024, delibera, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2 alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

- Saudar a criação há 45 anos do SNS como serviço público de saúde, geral e universal;
- Manifestar todo o apreço e reconhecimento aos seus profissionais pelo empenhamento e dedicação;
- Pugnar pela implementação dos valores e princípios da nova Lei de Bases da Saúde (Lei 95/2019).

P'lo Bloco de Esquerda,

Artur Macedo e Anabela Pinto

Anexo K
30/12/2024
(2/2)
[Handwritten signature]

AA



Bloco de Esquerda

Notícia

<https://cnnportugal.iol.pt/gaia/serra-do-pilar/jardim-de-infancia-em-gaia-evacuado-apos-queda-de-muro/20241203/674efdedd34ea1acf2715e07>

*Anexo 1
30/12/2024
(1/8)
[Handwritten signature]
ASD*

Jardim-de-infância em Gaia evacuado após queda de muro

3 de dezembro de 2024

O muro que ruiu é de uma obra particular que está a decorrer junto ao jardim-de-infância

A queda de um muro junto a um jardim-de-infância na Serra do Pilar, em Vila Nova de Gaia, obrigou a evacuar o edifício por precaução, indicou fonte do Comando Sub-regional de Emergência e Proteção Civil da Área Metropolitana do Porto.

O edifício onde está localizada a escola é da autarquia de Gaia (distrito do Porto), estando cedido a uma instituição particular de solidariedade social, a Associação das Escolas do Torne e do Prado.

À Lusa, fonte Comando Sub-regional de Emergência e Proteção Civil da Área Metropolitana do Porto indicou que a escola foi evacuada por precaução e uma vítima leve, que não ficou debaixo dos escombros, foi transportada ao hospital.

O muro que ruiu é de uma obra particular que está a decorrer junto ao jardim-de-infância do Torne que fica na Rua dos Polacos, junto ao cruzamento com a Rua Rodrigues de Freitas, na zona da Serra do Pilar.

Fonte da Câmara de Gaia acrescentou que competirá ao dono da obra avançar com alguma solução provisória para as crianças, caso esta venha a ser necessária.

“O muro ficou descalçado pela obra que decorre ao lado e caiu. As crianças não podiam estar na escola até que se avaliassem as condições de segurança”, indicou a mesma fonte.

O alerta foi registado às 08:07 e no local estiveram elementos dos bombeiros Sapadores de Gaia e dos Bombeiros Voluntários de Coimbrões.



Anexo 2
30/12/2024
(2/8)
[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

Exmo. Sr. Presidente da Junta da União das Freguesias de Santa Marinha e S. Pedro da Afurada,

Como é do conhecimento do senhor presidente desta União de Freguesias de Santa Marinha e S. Pedro da Afurada e de todos os presentes nesta assembleia, a notícia do incidente atrás lido, foi divulgada em muitos meios de comunicação social e na internet, no passado dia 3 de dezembro de 2024, o incidente que ocorreu na Escola Primária da Serra do Pilar, escola sob a tutela da câmara municipal de Gaia e que atualmente está cedido a uma instituição particular de solidariedade social, a Associação das Escolas do Torne e do Prado.

A notícia que chegou até nós, B. E., através do avô de uma das 90 crianças que frequenta o berçário e jardim infantil, diz:

- “ruiu o muro nas traseiras do recreio da Escola Primária da Serra do Pilar, Berçário e Jardim Infantil das Escolas do Torne e do Prado, devido à falta de cuidado e de fiscalização na obra a decorrer em terreno contíguo”.

Fonte da CM de Gaia disse à Lusa que compete ao dono da obra avançar com alguma solução provisória para as crianças, caso esta venha a ser necessária.

A fonte da Câmara Municipal não informa em concreto quem foi a vítima leve transportada ao hospital, e existem outras dúvidas que entendemos necessitam de esclarecimentos adicionais:

- Quem é a vítimas leve que foi transportada ao hospital?
- A vítima ficou ou ainda está internada?



Anexol
30/12/2024
(3/8)
EJG

AA

- Fonte da CM disse à comunicação social: **“O muro que ruiu é de uma obra particular que está a decorrer junto ao jardim-de-infância”**. Analisadas as fotografias que anexamos, vemos que o muro que ruiu é da escola primária. Porque foi dada esta informação errada aos meios de comunicação social?
- Qual a medida ou medidas provisórias que foram tomadas, tal como indica a notícia?
- Qual a finalidade do contentor colocado no recreio da escola após a derrocada, contentor que diminui o espaço para as brincadeiras das crianças?
- Onde foram colocados os diversos equipamentos que eram usados pelas crianças, antes da derrocada do muro da escola... equipamentos como o baloiço, o escorrega e outros?
- Qual a finalidade da tela plástica branca opaca colocada no recreio?
- Os pais das crianças podem ficar confiantes e descansados que a tela colocada, é barreira suficiente e impede que nenhuma criança não a ultrapassa na altura em que estiverem a brincar no recreio?
- Como é que a CM de Gaia e a Junta da União das Freguesias de Santa Marinha e S. P. da Afurada estão a acompanhar o assunto?
- Qual o prazo dado ao empreiteiro para repor o muro da escola?
- Qual a segurança exigida ao empreiteiro relativa ao Edifício escolar e a toda a área envolvente da escola?



Bloco de Esquerda

- A escola primária da serra do pilar continua depois deste incidente a estar cedida à IPSS associação das escolas do torne e do Prado?

- Existia no muro exterior da Escola uma Placa que foi retirada, quando e porquê?

*Amexol
30/12/2024
(4/8)
[Signature]*

AAA





Anexo L
30/12/2024
(5/8)
Dij

AM

Vista do exterior para o interior da Escola ANTES da derrocada





Bloco de Esquerda

Fotografias da derrocada do Muro nas traseiras do recreio da Escola Primária da Serra do Pilar

*Anexol
30/12/2024
(8/8)
Bryk*

AAA





Bloco de Esquerda

Anexo L
30/12/2024
(7/8)
[Signature]
AA





Bloco de Esquerda



Arucyol
30/12/2024
(8/8)
[Signature]
AAA

P'lo Bloco de Esquerda,
Artur Macedo e Anabela Pinto

Amexon
30/12/2024
(1/3)
[Handwritten signature]
AAA



Exmo. Sr. Presidente, estimados membros desta União de Freguesias,

O documento que hoje aqui nos é apresentado pelo Executivo em exercício não é mais do que a reprodução de planos e orçamentos anteriores, sem que se vislumbre qualquer esforço renovado ou inovação estratégica que responda às crescentes e legítimas necessidades dos nossos fregueses. Pelo contrário, para o ano de 2025, somos confrontados com um plano que se revela incapaz de oferecer soluções concretas para os desafios urgentes que a nossa União de Freguesias enfrenta.

Desde logo, é preocupante a ausência de medidas claras para mitigar os impactos severos na circulação, tanto rodoviária como pedonal, decorrentes das obras da linha de metro Rubi. Todos temos consciência que no futuro esta será sem sombra de dúvidas uma mais-valia para o nosso território, no entanto, quem para durante este período equacionou estas medidas e estas soluções provisórias para dar resposta a esta matéria, só revela o desconhecimento total e ~~total~~ por quem aqui habita e aqui trabalha. Trata-se de uma problemática amplamente discutida nesta casa, mas que permanece sem respostas efetivas. Por outro lado, assistimos a um silêncio igualmente inquietante face aos problemas económicos que sufocam o tecido empresarial da freguesia — desde o pequeno comércio até às maiores empresas —, com consequências devastadoras para a qualidade de vida das famílias da nossa comunidade.

No que concerne ao "Desenvolvimento Económico, Turismo e Lazer", o plano para 2025 apresenta-se como uma sucessão de intenções vagas, sustentadas em referências genéricas ao nosso património local e na promessa de criar "laços de diplomacia e diálogo com agentes económicos ligados à indústria turística." Ora, é imperativo que o Executivo esclareça como pretende operacionalizar tais intenções e que benefícios concretos se preveem para a nossa comunidade. Não podemos continuar a aceitar planos assentes em palavras vazias, que não se traduzem em medidas práticas e eficazes.

Ainda no domínio da mobilidade e infraestruturas, o plano refere "intervenções pontuais em artérias e passeiros das freguesias". Recordo, no entanto, que este tema já foi objeto de propostas nesta casa, propostas essas prontamente rejeitadas pelo Executivo, que preferiu remeter essa responsabilidade para as competências

CHEGA VILA NOVA DE GAIA

www.cmvg.gov.pt

União de Freguesias de Vila Nova de Gaia, Vila Verde, Vila do Conde e Vila Real

Amexon
30/12/2024

(3/3)
[Handwritten signature]
[Handwritten initials]



Transformar cada vez mais a marginal num ponto de atração, através da modernização e instalação de mobiliário urbano, não só para conferir maior segurança, mas também, para ser mais atrativo para quem cá está e para quem nos visita, potenciando ainda os espaços verdes e as áreas de convivência nestes mesmos espaços



Aumentar a eficiência e a sustentabilidade direta da pesca da nossa União de Freguesias quiçá como por exemplo através da certificação do Pescado Local como produto de qualidade superior e até como património

Em suma, este plano para 2025 ignora as evoluções e os novos desafios da nossa freguesia, repetindo falhas e omissões do passado. Por tudo isto, e em nome da seriedade e do compromisso que temos para com os nossos fregueses, votaremos contra este documento, que consideramos não refletir a ambição e o rigor que a nossa União de Freguesias merece.

Muito obrigado.

Vila Nova de Gaia, 30 de dezembro de 2024

MIGUEL RIBEIRO - Deputado eleito à União de Freguesias de Santa Marinha e São Pedro da Afurada pelo Partido CHEGA

Anexo 0
30/12/2024
(1/2)



Intervenção Assembleia de Freguesia, Deputado André de Sousa Santos – PSD

Ponto 3. Período da Ordem do dia. 1) Apreciação e Votação das opções do plano e Orçamento para 2025

Queria começar por cumprimentar o Sr. ^o Presidente da Assembleia da União de Freguesias, respetivos secretários, o Sr. Presidente da União de Freguesias, restante executivo assim com os Srs. Deputados e publico aqui presentes.

A nossa intervenção diz respeito ao que se encontra explanado na página 17 do documento: “Opção do Plano e Orçamento”, no que se refere à sustentabilidade energética, mobilidade e transportes, pode-se ler o seguinte: “em conjunto com o município de Gaia e a Autoridade Metropolitana de Transportes, acompanharemos e iremos monitorizar a nova conceção de Gaia: “UNIR” e nesta freguesia em particular”.

Por sua vez e citando a agência Lusa, no dia 30 de novembro de 2024, pode-se ler o seguinte: “Um ano após a implementação da “UNIR”, a perceção dos passageiros em Gaia continua a ser que o serviço da nova rede autocarros é péssima.”


Recordo que a rede UNIR iniciou a sua atividade no dia 1 de dezembro de 2023, e a questão que o grupo parlamentar do PSD gostaria de ver esclarecida é o que vai ser feito de diferente e de novo e que não foi realizado até agora (ao longo destes 12 meses) para mitigar os constantes constrangimentos a que os fregueses estão sujeitos, como sejam os constantes atrasos e supressões que esta rede tem tido e que tantas queixas tem merecido por parte dos seus utilizadores.

Ainda no âmbito dos transportes, também gostaríamos de saber o que é que vai ser feito/realizado em concreto para trazer de volta a ligação fluvial entre a Afurada e Lordelo do Ouro (e não Massarelos como está erradamente descrito no documento), pois a travessia que existiu anterior a 2020 e suspensa entretanto, sempre foi entre a Afurada e Lordelo do Ouro. Que medidas vão ser diferentes e porque é que a retoma desta travessia foi protelada durante estes 4 anos?


Aproveitamos ainda o tema da mobilidade e dos transportes para abordar a questão da circulação automóvel no tabuleiro inferior da ponte D. Luís e neste sentido perceber a posição do executivo, se tenciona manter a situação atual ou se defende pelo menos

permitir a circulação automóvel aos habitantes da freguesia e TVDEs dado que no presente apenas é permitida a táxis.

Muito Obrigado!!

Anexo 0
30/12/2022
(2/2)




Anexo P
30/12/2024
(1/3)


AA

Ex.mos Senhores:

A todos renovo os meus cumprimentos:

Quanto ao Plano de Actividades e Orçamento para 2025,

Apesar de várias partes nos parecerem eleitoralistas, ou senão, sem justificação...

Também relemos o Plano de Actividades e grande parte dele é um “Déjà vu” constante nos últimos anos, mesmo com o importante foco que é a desagregação das freguesias:

- É o telhado da junta de Santa Marinha que foi alvo de tantos ataques e gozo, acusando executivos antigos de não terem remendado um pequeno buraco no tecto e, agora, ao final de 11 anos, temos um enorme Buraco de “dimensão extra larga”, um telhado degradado, etc...
- É transferir os serviços de Atendimento Geral ao Público para o Rés-do- chão...
- e, as constantes obras e obrinhas necessárias e realizar neste edifício e que há mais de 5 anos não saíem do papel...

Atrévemo-nos a dizer que dificilmente sairão, porque atrás de uns montantes vêm outros para as mesmas obras que nunca são vistas.

Quanto às Obras Públicas, bem analisadas parecem sempre as mesmas, das duas uma: ou somos induzidos em obras que não existiram ou estas são constantemente mal feitas (talvez saber se os empreiteiros são mesmo de confiança fosse um ponto de partida).

- Intervenção em artérias e passeios e recomendações à Câmara, pois afinal a competência é desta...mas, as estradas ficam constantemente a recair nos mesmos problemas atentos os remendos e a falta de obra de fundo, como é exemplo o caso das ruas junto da Serra do Pilar, entre outras.

- A remodelação da Capela mortuária da Afurada é obra que também não ata nem desata.


- Ora, como já foi focado no P.A.O.D., o “Espaço Zé da Micha” passou a ser um enigma na união de freguesias: Fala-se de um novo posto de enfermagem neste espaço... entre outras obras, ora que valores foram verdadeiramente cabimentados para estas obras? E com base em quê? Se afinal todo o espaço tem de ser restaurado e requalificado pelo Grupo Kopke?

Quem olha e lê o descritivo do executivo para este espaço: salão multiusos, wc's funcionais e modernos, espaços ajardinados, sede do rancho folclórico, espaços de descanso e lazer... lagos e espelhos de água; fica pasmado com a enormidade de obra e preocupado com os gastos..

E, então, quem lê o Jornal de Notícias, em que a Câmara vem a esclarecer que este espaço está totalmente ao encargo dos privados para recuperação do Caminho Romântico do Centro Histórico e da Piscina das Freiras no seguimento dos terrenos do “Corpus Cristi”, fica totalmente baralhado...???

Vão demolir todo o centro histórico existente para conseguirem fazer todas estas obras?

- Mais uma vez, perguntamos que valores estão cabimentados para tudo isto? E, afinal quem tem razão quanto ao Espaço Zé da Micha? (É que os objectivos aqui apresentados pela Junta de freguesia não coincidem com os apresentados pela Câmara nos jornais, e muito menos coincidem quanto a quem é a entidade pagante...)?

Anexo P
30/12/2024
(2/3)

AA

- Quanto ao resto: serviço social é uma obrigação, há muito auxiliada pelos bens dados pela comunidade, - pelo que gastos com os diversos cabazes parecem inflacionados...mas, sabemos que a vida não está fácil!

- Na educação e saúde algo mais poderia ser feito, pelo menos no aumento dos valores por sala de aula há tanto tempo / anos esperado...

- Quanto à cultura e desenvolvimento económico, poderão ter de andar de mãos juntas e tentar fiscalizar melhor alguns dos montantes atribuídos, e saber concretamente a sua finalidade e justificação – pois são montantes públicos.

AGORA, quanto a valores no Orçamento 2025 alguns esclarecimentos nos parecem necessários:

Mantemos a nossa opinião dos últimos anos, de que não podemos e não concordamos em continuar a passar cheques em branco ao proceder à pré autorização para o executivo contrair empréstimos a curto prazo para 2025; sem saber por que período o irão fazer e sabendo que, mesmo que a 12 meses, já será outro executivo a ter de fazer apresentação de contas desses empréstimos e sua gestão... - É que nós só entendemos a existência de necessidades extremas e inesperadas para justificar os empréstimos de curto prazo presentes na rubrica 12.05.

Este orçamento apresentado é o maior nos 12 anos do vosso mandato; sendo que é de mencionar que sobe cerca de 165.000 euros do ano passado para este...

- De frizar que desde logo aparece já uma concretização de um empréstimo de 60.000 euros... ora, qual a finalidade concreta deste empréstimo? E em que moldes foi contraído?

- Preocupante achamos e não entendemos: como baixam as receitas correntes 85.000 euros? E estamos com problemas financeiros ainda maiores do que nos outros anos?

- Quanto às receitas de capital, como acreditam arrecadar mais 540.000 euros?

Estão a inserir aqui a escola Mariani (antigo polo da junta de freguesia e actual sede da universidade sénior)?

Ou estará previsto a venda de mais património?

Mais escolas não haverá para venda, nem mais negócios como os do Espaço Zé da Micha que libertem gastos.

Mas, sendo importante, como irão arrecadar esse valor? Será que a receita de 375.000 euros do cemitério não estará demasiado inflacionada?

-Mesmo assim, continua muito preocupante que o que se gasta com salários ultrapasse os 45% da despesa feita.

Os aumentos salariais são uma necessidade e imposição legal: mas, perguntamos, em números concretos e nítidos, qual é o valor que se gasta com os salários do pessoal?

Anexo P
30/12/2024
(3/3)



AA

Esta é a nossa posição, Sr Presidente coloquei aqui as nossas opiniões e questões, das quais esperamos as suas respostas.

*Grupo Parlamentar do PPD / PSD
V. N. de Gaia, 30 de Dezembro de 2024*

**CDU**

Coligação Democrática Unitária PCP-PEV



Santa Marinha e São Pedro da Afurada

Anexo Q
30/12/2024
(1/3)
[Signature]

OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO 2025 - JF

AAI

Congratulamos este Executivo pelas iniciativas que tem mantido, já de mandatos anteriores, como a distribuição de presentes às crianças pela época do Natal e o passeio sénior. No entanto, como temos vindo a alertar, há muitas áreas que não são abrangidas ou, quando são, no plano aparecem, mas depois não é dada uma resposta concreta.

Pelo Orçamento, vemos que quase 45% da receita vem de transferências do Estado central, ou do Município, o que faz com que esta Junta de Freguesia dependa demasiado da Câmara, fazendo o que pode com o pouco que tem.

Em relação à discussão realizada, lamentamos a forma como foi tratado o direito de oposição, com uma reunião na terça-feira, sem documentação nem dados concretos, quase que meramente para cumprir calendário.

Mas, centremo-nos no documento em análise.

No início do nosso mandato, no Plano para 2022, ou mesmo recuando ao plano anterior de 2021, já estava destinada uma verba de 15.000€ para as obras de transferência dos serviços administrativos deste edifício para o rés-do-chão. Este ano, está prevista uma despesa de 35.000€. Quais obras foram feitas nos anos anteriores? Por que o aumento exponencial da verba dedicada a este item? Qual o planeamento das obras a realizar no próximo ano? Quando começarão?

Ainda em relação a este edifício, verificamos que desde o início do mandato (e até antes) surgem valores dedicados à manutenção do edifício. No primeiro ano do mandato, estavam previstos 25.000€ para obras de conservação, o que nos parecia necessário. No entanto, a sala do Poder Local continua fechada, e este ano estão previstos 175.000€ novamente para obras de conservação.

Estamos cientes do aumento dos custos, como o aumento da mão de obra e materiais. Mas temos vindo a ouvir esta promessa desde o início do mandato, porque não foi ainda planeada e realizada? Que obras foram feitas nos anos anteriores? Por que o aumento da despesa, e sobretudo, para quando as obras? Qual é o plano?

Outro item que tem vindo a surgir e que nos coloca algumas dúvidas é o Mob+. Tivemos oportunidade de questionar o motivo de não ter sido adquirido antes e foram dadas explicações, no entanto, verificamos que em 2022 o valor previsto para a despesa era de 35.000€, e hoje temos 55.000€.

Em relação a esse valor, quando será efetivamente recebido? Quando está prevista a aquisição da carrinha? Em relação ao montante que constava em orçamentos anteriores, não chegou a ser recebido? Por quê? Apesar de constar nos planos anteriores, este item volta a aparecer este ano, sem que se identifique esse excedente.





CDU

Coligação Democrática Unitária PCP-PEV



Santa Marinha e São Pedro da Afurada

Mexol
30/12/2024
(2/3)
[Signature]
AH

Estamos hoje a discutir o que será o último plano deste mandato. Fomos, por isso, verificar o que foi ou não feito, tendo em conta o que foi prometido por este Executivo à população em 2021, e que são obras de extrema importância, mas que não temos indicação de que tenham sido realizadas. A criação do Centro de Dia e Lazer na Afurada parece-nos uma obra relevante, sobretudo considerando a desagregação que se prevê e o crescimento populacional. Era, aliás, uma obra com a qual concordamos e que apoiaremos. No entanto, não vemos qualquer movimentação ou menção ao mesmo no vosso documento.

Em relação ao Espaço Zé da Michá, temos duas questões. Poderão adiantar a data esperada de conclusão das obras, tendo em consideração que, no orçamento apresentado, consta que esperam receber algum valor pela sua cedência? De que forma e quando estará disponível para que as coletividades o possam usar?

Ainda em relação a este espaço, no vosso programa há 4 anos, indicavam que ali iria funcionar uma despensa e lavandaria social. Quando as obras terminarem, esses equipamentos sociais serão realidade, ou atendendo as obras, foram colocadas de parte? Como mencionado no Plano de Atividades, há cada vez mais casos de pessoas em situação de pobreza e carência económica, pelo que faria sentido a sua disponibilização. Sabemos que este executivo tem feito um esforço no sentido, por exemplo de distribuição de alimentos nos Cabazes, e apoio a instituições de solidariedade, mas a ideia do espaço social reveste de dignidade este apoio que seria importante para várias famílias.

Quanto ao item Parques Infantis, verificamos que, ao longo destes últimos três, quase quatro anos, têm vindo a reduzir-se, sendo que o único que é mencionado no Plano de Atividades é o da Afurada. Para quando a requalificação e disponibilização dos restantes parques que têm sido retirados, como o da SIMOPRE?

Temos vindo, nos últimos anos, a verificar a aquisição de créditos de curta duração. Este ano, apesar de as receitas aumentarem, voltamos a verificar que existe a apreciação de aquisição de novo crédito.

Gostaríamos por isso de questionar o porquê desta recorrência, E o porquê da necessidade de fazer novo pedido de empréstimo.

Há boa vontade, sabemos que existem e estão presentes no dia a dia as preocupações com as áreas sociais, mas que na verdade não se identificam respostas às carências que existem.

Não há uma resposta efetiva à questão da habitação.

Não há resposta efetiva à questão da saúde, ou dos transportes.

Não há um plano de desenvolvimento cultural.





CDU

Coligação Democrática Unitária PCP-PEV



*Arquivo Q
30/12/2021
(3/3)*

Santa Marinha e São Pedro da Afurada

Não há neste plano e orçamento resposta às questões dos nossos fregueses, pelo que não é um orçamento em que a CDU se possa rever.

Pela CDU,
Isa Sanches



Anexo R
30/12/2024





DECLARAÇÃO DE VOTO ORÇAMENTO 2025

Ex.mos Senhores:

Novamente os meus cumprimentos:

De acordo com tudo o que foi por nós dito, questionado e tudo em que fomos esclarecidos,

Temos uma certeza:

Nós fomos e fizemos diferente no passado, e faríamos no futuro melhor; a nossa forma de gestão não é esta expressa no Orçamento apresentado.

E, portanto, o grupo parlamentar do PPD/PSD não pôde votar favoravelmente o Plano de Actividades e o Orçamento apresentado para 2025 na ainda união de freguesias de Santa Marinha e São Pedro da Afurada.

Grupo Parlamentar do PPD / PSD
V. N. de Gaia, 30 de Dezembro de 2024

Handwritten marks in blue ink: a signature, the letters 'AA', and a stylized symbol.

MINUTA DA ATA

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA

30 de dezembro de 2024

Realizada no Auditório do edifício da Junta de Freguesia de Santa Marinha.

HORA DE ABERTURA: 21.10 h

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu posse aos seguintes deputados:-----

- **OCTÁVIO JOSÉ MARTINS PIMENTEL – PSD**-----

REGISTARAM-SE AS SEGUINTE SUBSTITUIÇÕES:-----

(PS), O Deputado ANTÓNIO MIGUEL CAMPOS COELHO pediu Suspensão de Mandato sendo substituído pelo Deputado ARTUR JOSÉ CORREIA ALVES LOPES.-----

O Deputado FRANCISCO JOSÉ DE BARROS FONSECA pediu Suspensão de Mandato sendo substituído pela Deputada IVONE MARIA DAMAS GOMES.

(PSD), O Deputado ANTÓNIO JOAQUIM MORGADO DE MAGALHÃES pediu Suspensão de Mandato sendo substituído pelo Deputado OCTÁVIO JOSÉ MARTINS PIMENTEL.-----

DEPUTADOS PRESENTES:

PS: MÁRIO JORGE RODRIGUES SANTOS
PATRÍCIA SUSANA CARVALHO LACERDA
ARMANDO ALVES ALMEIDA
MARGARIDA MARIA GOMES FERREIRA
SÓNIA CRISTINA ROSEIRA E CUNHA
DULCE MARIA OLIVEIRA PINTO LIMA
JOSÉ RAIMUNDO MOREIRA FILIPE
HUGO JOSÉ DA SILVA MOREIRA

[Handwritten signatures and initials]

ARTUR JOSÉ CORREIA ALVES LOPES
IVONE MARIA DAMAS GOMES
JUSTINO ALBERTO COSTA VALE QUARESMA
PSD: ANABELA DE ALMEIDA CARRIÇO
ANDRÉ SOUSA SANTOS
ANA JOÃO MACHADO BRITO
OCTÁVIO JOSÉ MARTINS PIMENTEL
BE: FERNANDO ARTUR MOURA MACEDO
ANABELA TEIXEIRA PINTO
CDU: ISA JANINE ESTEVES SANCHES
CHEGA: MIGUEL JOSÉ PEIXOTO PINTO RIBEIRO

Presidiu à reunião: O Presidente da Mesa da Assembleia – MÁRIO JORGE RODRIGUES SANTOS. -----

Secretariou a reunião: a 1ª e 2ª Secretários da Mesa da Assembleia – PATRÍCIA SUSANA CARVALHO LACERDA e ARMANDO ALVES ALMEIDA respetivamente. ---

Do Executivo da Junta estiveram presentes: O Presidente MANUEL PAULO DE JESUS LOPES, a Tesoureira JOANA CRISTINA DE SOUSA NOGUEIRA, HUGO MANUEL RIBEIRO TEIXEIRA, ISMAEL PEREIRA DE OLIVEIRA MARTINS e LAURA DA CONCEIÇÃO SILVA GOMES.-----

AUSENTES DO EXECUTIVO:

o Secretário MÁRIO VICENTE SOUSA SILVA REIS e a Vogal: HELENA DE JESUS AMARAL.-----

Ordem de Trabalhos:

1 – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Usaram da palavra os seguintes cidadãos: Hugo Pinto; Agostinho Viana; Eduardo Matos aos quais o Presidente da Junta deu as respetivas respostas.-----

2 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

2.1 - EXPEDIENTE DA ASSEMBLEIA o Presidente da Assembleia procedeu à leitura do expediente mais relevante da Assembleia. -----

2



2.2 - OUTROS ASSUNTOS CONFORME Nº 1, DO ARTº 24 DO REGIMENTO, Discussão e votação das moções apresentadas na Reunião de 30/04/2024

Usaram da Palavra os seguintes Deputados:-----

- PS: SÓNIA CRISTINA ROSEIRA E CUNHA
JUSTINO ALBERTO COSTA VALE QUARESMA
MARGARIDA MARIA GOMES FERREIRA
JOSÉ RAIMUNDO MOREIRA FILIPE
- PSD: ANA JOÃO MACHADO BRITO
OCTÁVIO JOSÉ MARTINS PIMENTEL
ANABELA DE ALMEIDA CARRIÇO
- BE: FERNANDO ARTUR MOURA MACEDO
- CHEGA: MIGUEL JOSÉ PEIXOTO PINTO RIBEIRO

Conforme acordado na reunião de líderes todos os pontos anteriores serão tratados e votados na próxima assembleia.-----

3 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

3.1. Apreciação e Votação das Opções do Plano e Orçamento para 2025:

- a) Opções do Plano e Orçamento para 2025 (inclui o Plano Plurianual de Investimentos);
- b) Mapa de Pessoal;
- c) Autorização relativa à Execução das Opções do Plano e Orçamento para o Ano de 2025: Autorização para a Delegação de Competências do Município na União de Freguesias; Autorização para, no âmbito do modelo de repartição de competências, estabelecer um Contrato Interadministrativo entre o Município e a União de Freguesias; Autorização para a Junta estabelecer Formas de Cooperação com Entidades Públicas e Privadas;
- d) Autorização Prévia para Compromissos Plurianuais;

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

e) Autorização Prévia para Celebrar Contrato de Empréstimo a Curto Prazo.

O **Presidente do Executivo** explicou sucintamente a forma de elaboração dos documentos.-----

Usaram da Palavra os seguintes Deputados:-----

CHEGA: MIGUEL JOSÉ PEIXOTO PINTO RIBEIRO
PSD: ANDRÉ SOUSA SANTOS
ANABELA DE ALMEIDA CARRIÇO
CDU: ISA JANINE ESTEVES SANCHES
PS: JOSÉ RAIMUNDO MOREIRA FILIPE

O Presidente da Assembleia colocou a votação os pontos "A" a "E" da ordem de trabalhos:-----

- **Ponto a) aprovado por maioria** com 6 votos contra (4 PSD, 1 CHEGA, 1 CDU); 2 abstenções (BE); 11 a favor (PS).-----
- **Ponto b) aprovado por unanimidade.**-----
- **Ponto c) aprovado por maioria** com 2 votos contra (1 CHEGA, 1 CDU); 4 abstenções (PSD); 13 a favor (11 PS e 2 BE).-----
- **Ponto d) aprovado por maioria** 2 votos contra (1 CHEGA, 1 CDU); 17 a favor (11 PS, 4 PSD, 2 BE).-----
- **Ponto e) aprovado por maioria** com 6 votos contra (1 CHEGA, 4 PSD 1 BE), 13 votos a favor (11 PS, 1 CDU e 1 BE).-----

A Deputada Anabela Carriço (PSD) fez uma declaração de voto.-----

O Deputado Miguel Ribeiro (CHEGA) fez uma declaração de voto.-----

Nada mais havendo a tratar, quando eram 23 horas 55 minutos, o Presidente da Assembleia declarou encerrada a reunião, da qual se elaborou a presente minuta, que depois de lida, será posta à votação, nos termos da legislação em vigor e do Regimento da Assembleia de Freguesia aprovado a 29/12/2021. E

eu, ARMANDO ALVES ALMEIDA, 2º Secretário da Mesa da Assembleia de Freguesia, a redigi.-----

O Presidente da Assembleia colocou a presente Minuta à votação que foi aprovada por Unanimidade.-----


O Presidente da Assembleia de Freguesia,


MÁRIO JORGE RODRIGUES SANTOS

A 1.ª Secretária da Assembleia de Freguesia,

O 2.º Secretário da Assembleia de Freguesia,


PATRÍCIA SUSANA CARVALHO LACERDA


ARMANDO ALVES ALMEIDA